

Fazendo valer os direitos à educação inclusiva no ensino superior**Enforcing the rights to inclusive education in higher education**

DOI:10.34117/bjdv6n12-251

Recebimento dos originais: 11/11/2020

Aceitação para publicação: 11/12/2020

Fabiola Cristina dos Santos Silveira

Pós Graduação em Psicopedagogia

Endereço: Rua João Carvalho, 800, sala 1101, Aldeota - CEP: 60140-140 - Fortaleza, Ceará

E-mail: fabiolasilveira.psi@gmail.com

Agesilau Silva de Carvalho Neto

Graduado em Psicologia

Endereço: Av. Washington Soares, 1321, sala N-12, CEP 60811-Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará

E-mail: agecarvalho@hotmail.com

Terezinha Teixeira Joca

Doutora em Psicologia

Instituição: Universidade de Fortaleza

Endereço: Av. Washington Soares, 1321, sala N-12, CEP 60811-Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará

E-mail: terezinhajoca@unifor.br

Marilene Calderaro Munguba

Doutora em Ciências da Saúde

Instituição: Universidade Federal do Ceará - UFC

Endereço: Av. da Universidade, 2683 – Benfica – CEP – 60020-181 Fortaleza – Ceará

E-mail: marilenemunguba@delles.ufc.br

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo principal discutir sobre as práticas de inclusão, realizadas por um programa de apoio aos estudantes, que contribuem para a formação de indivíduos numa instituição de ensino superior. Para tal, também se investigou como opera a inclusão e a acessibilidade nessa universidade; os mecanismos constituintes da inserção de sujeitos com necessidades educacionais especiais no ensino superior; e, se analisou as contribuições desse programa para a formação desses sujeitos. Assim, este trabalho configurou-se como um relato de experiência, visto que aponta para a descrição das vivências e percepções da experiência de estágio em psicologia de dois autores deste artigo no mencionado programa, localizado numa universidade privada da cidade de Fortaleza-CE, Brasil. Paralelamente, investigou-se artigos e trabalhos que abordam a inclusão de pessoas com deficiência e que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino superior. Por meio da experiência de estágio, observou-se como as práticas desse programa de apoio aos estudantes almejam acessar a todos na instituição de ensino superior, uma vez que se limitar a atender determinados grupos – em detrimento a outro – estaria promovendo a segregação. Nesta perspectiva, destacamos que as atividades realizadas por esse programa propiciaram condições de desenvolvimento, e permitiram a formação de indivíduos mais empoderados. Verificou-se também, que a existência desses núcleos de inclusão é imprescindível no contexto acadêmico, pois promove a mediação da acessibilidade e permanência desses sujeitos nas universidades. Por fim, apontamos que trabalhar com a inclusão é estar

em constante luta, na busca dos direitos de sujeitos que de algum modo são excluídos e ficam à margem da sociedade. Compreendemos que somente com a mudança estrutural, a acessibilidade no espaço físico, não é suficiente para a inclusão. Esta depende da modificação de valores e a vivência de um paradigma, em que exista o respeito e convívio com a diversidade.

Palavras-chave: Educação, inclusão, ensino superior, formação, trabalho pedagógico.

ABSTRACT

The main objective of this article is to discuss inclusion practices, carried out by a student support program, which contribute to the training of individuals in a higher education institution. To this end, it was also investigated how inclusion and accessibility at this university operates; the constituent mechanisms of the insertion of subjects with special educational needs in higher education; and, the contributions of this program to the training of these subjects were analyzed. Thus, this work was configured as an experience report, as it points to the description of the experiences and perceptions of the internship experience in psychology of two authors of this article in the mentioned program, located in a private university in the city of Fortaleza-CE, Brazil. At the same time, articles and papers that addressed the inclusion of people with disabilities and who have special educational needs in higher education were investigated. Through the internship experience, it was observed how the practices of this student support program aim to access everyone at the higher education institution, since limiting themselves to serving certain groups - to the detriment of another - would be promoting segregation. In this perspective, we highlight that the activities carried out by this program provided conditions for development and allowed the formation of more empowered individuals. It was also found that the existence of these inclusion centers is essential in the academic context, as it promotes the mediation of accessibility and permanence of these subjects in universities. Finally, we point out that working with inclusion means being in constant struggle, in the search for the rights of subjects who are somehow excluded and are on the margins of society. We understand that only with structural change, accessibility in the physical space is not enough for inclusion. This depends on changing values and experiencing a paradigm, in which there is respect and coexistence with diversity.

Keywords: Education, inclusion, higher education, training, pedagogical work.

1 INTRODUÇÃO

O direito de todos à educação foi pronunciado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e consta na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), como “direito de todos e dever do Estado e da família”; tal direito também se faz presente como um princípio na Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996). Neste sentido, o direito à educação não deveria ser negado a nenhum cidadão; ele independe das condições étnicas, econômicas, de sexo, idade – entre outros fatores – e das características particulares e singulares dos sujeitos, quando, por exemplo, apresentam algum tipo de limitação física, cognitiva ou psicológica.

Entretanto, o que se observa nesses casos é que são muitos os desafios encontrados pela educação, especialmente quando se refere à inclusão de sujeitos que apresentam deficiência e/ou alguma necessidade educacional específica, nas Instituições de Ensino Superior (IES). O que gera vários questionamentos, como: mas, por quê existe essa dificuldade? Que motivos levam a tal ao

encontro com obstáculos? Que fatores permeiam esse processo? E, o que se tem feito em prol desses sujeitos? “Na realidade do ensino superior, as dificuldades não são diferentes das outras áreas da educação. [...], os problemas vão desde a acessibilidade, falta de informação, estrutura até o despreparo dos profissionais da educação em lidar com esse público” (DA SILVA CARDOSO et al., 2002, p.56543).

Segundo Porto (2007), o contato com a diferença/deficiência é quase sempre suscitador do inusitado, que depara o “eu” e o “outro” com os ideais de perfeição, similaridade e de reconhecimento identificatório. De acordo com este autor, muitas vezes, advém o encontro com o “indizível”, provocado pela falta que a própria diferença nos possibilita ver, e sob a qual, nessa circunstância, nada se pode falar; convoca-se a sentir o impacto gerado pelo encontro com o diferente. Para Porto (2007, p. 213), nessas situações “a pessoa reage de maneira inconsciente buscando se proteger da ameaça à sua integridade física ou psíquica que esse outro em situação de deficiência pode suscitar”. Assim, manifestam-se uma série de condutas imbuídas de atitudes defensivas, carregada de afetos e que podem aproximar ou distanciar o encontro com o diferente.

[...] a interatividade, acolhimento da cultura e modo de ser de cada pessoa são ferramentas de mediação da compreensão de mundo com diversidade, rico de cores e nuances, mostrando a urgência da mudança de atitude tanto da pessoa que ensina como da que aprende, voltada para a participação como atores (MUNGUBA, 2010, p. 296).

Neste cenário – da inserção de sujeitos com necessidades educacionais específicas numa instituição particular de ensino superior –, o presente trabalho aponta a experiência de dois estagiários, autores deste artigo, no Programa de Apoio Psicopedagógico (PAP), da Universidade de Fortaleza (Unifor) – durante o período de fevereiro a setembro de 2016 –, como contexto sede para serem apresentadas e discutidas práticas e atividades realizadas em prol da inclusão e formação de indivíduos nesse meio acadêmico. Assim, este texto configura-se como um relato de experiência, visto que são descritas as vivências e percepções resultadas desse estágio, sendo realizada paralelamente uma articulação teórica para fundamentar as discussões elencadas.

Neste panorama, o referido artigo possui como objetivo principal discutir sobre as práticas de inclusão realizadas por um programa de apoio psicopedagógico, analisando como estas contribuem para a formação de indivíduos no ensino superior. Para tal, também se investigou como opera a inclusão e a acessibilidade numa universidade; os mecanismos constituintes da inserção de sujeitos com necessidade educacional especial no ensino superior; e, se analisou as contribuições desse programa para a formação desses sujeitos.

Nesse sentido, a relevância deste trabalho consiste na discussão sobre a formação da pessoa com deficiência e dos sujeitos que apresentam necessidade educacional especial, no ensino superior, a fim de suscitar mudanças para o acolhimento e permanência desses sujeitos. Esse processo é perpassado por desafios e entraves – tanto no nível estrutural em várias instâncias, aspecto físico da universidade, comunicacional, instrumental, como atitudinal, e requer respeito no tratamento e novos enfoques da percepção da comunidade acadêmica perante esse sujeito – aspectos que dificultam a sua inserção e desenvolvimento neste meio. Assim, torna-se necessário a realização de pesquisas que busquem elucidar e questionar sobre os mecanismos presentes nessa formação, bem como retratar as propostas que almejam promover a inclusão e a acessibilidade nesse contexto.

Diante disso, a seguir será apresentada a metodologia, na qual contém os procedimentos técnicos de coleta de dados, bem como os critérios de seleção do material teórico empregado. À posteriori, encontram-se os resultados e discussão, em que se fazem presentes o diálogo entre a fundamentação teórica, referente primeiramente à inclusão e à acessibilidade no ensino superior, ao programa de apoio aos estudantes, como o PAP, e em seguida aos projetos e práticas desenvolvidas nesse núcleo que estão relacionadas a práticas inclusivas que permitem a formação de indivíduos neste cenário. Por fim, encontram-se as considerações finais, em que se apresenta as últimas ponderações diante do que foi discutido.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo configura-se como um relato de experiência de dois estagiários de psicologia, autores deste trabalho, no Programa de Apoio Psicopedagógico (PAP), durante os meses de fevereiro e setembro de 2016, localizado numa universidade particular na cidade de Fortaleza-CE, Brasil. Segundo Minayo (2010), o relato de experiência caracteriza-se pelo estabelecimento da relação teórica com a prática vivenciada. Sendo assim, serão descritas as atividades realizadas, as percepções e vivências resultadas dessa experiência de estágio, ao mesmo tempo que busca um diálogo com a teoria elencada. Ressaltamos que as informações foram coletadas em diário de campo (SEVERINO, 2016) e analisadas mediante Análise Temática (MINAYO, 2010).

Referente à fundamentação teórica deste trabalho, foram selecionados artigos e obras de acordo com as questões relevantes à pesquisa, no qual buscou-se investigar a partir dos conceitos-chave: inclusão, formação, educação, ensino superior e trabalho pedagógico. Para atender ao objetivo proposto, partindo da ideia de uma educação para todos, pensa-se na inclusão como um direito e, portanto, deve ser assegurada também nos cenários do ensino superior, promovendo a acessibilidade e propiciando o desenvolvimento do sujeito.

Neste trabalho, destacamos as ideias de autores como Rodrigues (2006), que traz a compreensão acerca da dicotomia entre diferença e deficiência; Monteiro (2008), que pontua questões essenciais sobre o que é deficiência, algumas concepções e articulações; as contribuições de Joca (2010) e colaboradores, que trabalham especificamente em seu artigo “A Educação Inclusiva em IES através de um Programa de Apoio Psicopedagógico” a inclusão no ensino superior. Para além desses autores, este artigo também foi fundamentado em outros trabalhos, como os de Pavão (2015), autor que possui contribuições sobre a acessibilidade no ensino superior, bem com seu contexto real nas universidades brasileiras; assim como de Bezerra e Silva Neto (2020). Destacamos também a utilização de sites relevantes para temática em questão, como o do INEP e o do Senado Federal, que permitiram ter acesso às informações relacionadas à legislação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de promover uma melhor compreensão sobre os resultados obtidos e a discussão estabelecida no estudo a partir do diálogo com os autores, os resultados serão apresentados em três seções, que tratarão da inclusão e acessibilidade no Ensino Superior, da prática desenvolvida no PAP e, por fim dos projetos desenvolvidos pelo referido programa.

3.1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Para a inserção de pessoas que possuem necessidade educacional especial, no ensino superior, faz necessário e imprescindível que a educação pense e construa políticas de acessibilidade no campo estrutural e atitudinal, ou seja, que promova a acessibilidade nos espaços físicos da universidade (plano arquitetônico) e também no que se refere ao respeito e convívio com a diversidade, posto que “por acessibilidade entende-se as condições necessárias para o acesso” (PAVÃO, 2015, p. 15), isto é, possibilitar um encontro com algo que anteriormente era inalcançável. Assim, tais propostas não englobam somente os sujeitos que apresentam alguma necessidade especial ou específica, mas sim todos que precisam de condições diferenciadas para terem o acesso, para poderem usufruir daquele serviço ou espaço antes inviabilizado.

O Ensino Superior brasileiro, apesar do crescimento de matrículas e expansão da rede – nomeadamente da rede privada – enfrenta barreiras na democratização do acesso a este nível de formação. Em relação à inclusão, as pessoas com deficiências enfrentam uma dupla discriminação: por não disporem de recursos financeiros e a falta de condições que o sistema, de modo geral, no acolhimento e desenvolvimento do potencial desse segmento social (BEZERRA; SILVA NETO, 2020, p.81).

Especialmente a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, percebeu-se mediante a própria experiência de estágio que estes apresentam uma história que transcende os aspectos referentes às estruturas físicas da universidade, relacionando-se as mentalidades e as construções sociais dos outros, que o limitam e olham para ele como alguém inferior. Aqui, faz-se evidente a transformação no âmbito das barreiras atitudinais, no qual seria necessária uma mudança cultural, em que se compreendam as diferenças.

Como afirmam Rodrigues e Quadros (2015), a visão estigmatizada referente às necessidades educacionais especiais estão relacionadas à redução do conceito de diferenças ao conceito de deficiência. Assim, negligencia-se algo que é inerente ao homem, às diferenças, pois como apontam os referidos autores é o caráter da diversidade que constitui o ser humano. E, com relação às diferenças, Rodrigues (2006, p. 5) acrescenta:

a diferença não é estruturalmente dicotômica isto é não existe um critério generalizado e objetivo que permita classificar alguém como diferente. A diferença é antes de mais uma construção social historicamente e culturalmente situada. Por outro lado, classificar alguém como “diferente” parte do princípio que o classificador considera existir outra categoria que é a de “normal” na que ele naturalmente se insere.

Nesse sentido, ser diferente não é um atributo negativo de alguém, mas sim uma característica que constitui o ser humano, sendo também cada professor diferente; por isso afirma-se: a educação inclusiva se direciona aos “diferentes”, ou seja, a todos (RODRIGUES, 2006). Sabendo dessa condição, o autor aponta que se não forem oportunizadas diferentes abordagens, no processo educativo, estaríamos produzindo a desigualdade para muitos sujeitos.

Contudo, como aponta Monteiro (2008), os sujeitos com deficiência precisam ter consciência das suas limitações para não formarem uma falsa ideia a respeito de si mesmo, no qual a autora denominou de “romantização das deficiências”. Com isso, não se busca afirmar que as pessoas com deficiência não poderão realizar determinadas atividades, não se trata de traçar limites, mas sim questionar qual seria o significado de algumas práticas na vida dessas pessoas. Há benefício, ou seja, até que ponto a ênfase recai sobre o valor do que foi realizado ou pelo fato de aproximar os “deficientes” dos ditos “normais”, o que corresponderia ao retorno do paradigma da normalização (MONTEIRO, 2008).

Essa discussão enseja indicar que o processo de romantização das deficiências, entendido como o modo pelo qual se busca aproximar os “deficientes” de pessoas sem deficiência, através de práticas que possam desempenhar, representa um retorno, um retrocesso, no qual o “deficiente” precisaria aparentar o mais “normal” possível (MONTEIRO, 2008). Então, seria um modo velado de negação da

deficiência, pois independente da deficiência o sujeito poderia realizar quaisquer atividades (MONTEIRO, 2008). Em relação ao que foi dito, a mencionada autora ressalta que, com isso, não se pretende colocar limites para o ser humano, mas sim problematizar esse processo que é compreendido como constituinte do paradigma da normalização. No âmbito educacional, Dias (2020, p.662) argumenta que,

[...] a abertura subjetiva em relação ao outro demanda uma ética compreensiva e desinteressada que apreende os requisitos que regem os comportamentos, as atitudes e os estados humanos. Os educadores, nessa dinâmica, seriam os mandatários de um trabalho ininterrupto de humanização - própria e do outro - em que objetividade e subjetividade seriam persistentemente avaliadas e ressignificadas.

A equidade deve respeitar as diferenças e as características das necessidades individuais. Igualdade e equidade não podem ser confundidas com homogeneidade e igualitarismo. Ao negar isso, se emprega uma lógica meritocrática, que cria esteriótipos em torno da aprendizagem e suas condições à pessoa com deficiência. Conviver com a adversidade exige de nós para além de posicionamentos metodológicos ou instrumentais, mas fundamentalmente éticos.

3.2 O PROGRAMA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO (PAP)

O PAP é um Programa de Apoio Psicopedagógico integrante de uma universidade privada da cidade de Fortaleza-CE. Instituído desde 2005 por uma resolução interna, tal programa possui como princípio orientador a diversidade humana, visto que corresponde a um núcleo de ação integradora que busca garantir a inclusão e a acessibilidade nessa instituição de ensino superior; vale destacar que o PAP consiste numa unidade da Vice-Reitoria de Ensino de Graduação, mas que estende o seu atendimento aos estudantes da Pós-Graduação e da Extensão.

O PAP¹ ao completar três anos de existência, fez um novo desenho, com a proposta de apoio psicológico ao estudante, por meio da abertura de espaço de estágio para os alunos de Psicologia. Posteriormente, em seus onze anos de história, passou por transformações estruturais (reforma e alargamento do setor), aumento do número de profissionais e de estagiários, além de tomar maior visibilidade na instituição, o que gerou maior procura dos estudantes pelo serviço oferecido pelo programa.

Com relação à equipe de profissionais que o compõe o programa possui: seis intérpretes e tradutores de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), os quais são responsáveis pela interpretação das aulas para os sujeitos surdos e tradução de seus trabalhos escritos, bem como a realização da

¹ Atualmente, o PAP encontra-se com 15 anos e maior visibilidade na comunidade acadêmica.

interpretação em eventos, a fim de promover a acessibilidade comunicacional no *campus*; um auxiliar administrativo, que trata das questões burocráticas do setor; dois psicólogos (sendo um com formação em Psicopedagogia, que realizam atendimentos psicológicos na própria universidade, e no caso da psicopedagoga, soma-se a orientação de professores sobre como lidar com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas (NEE) em sala de aula, uma terapeuta ocupacional, que atuava (fevereiro de 2016 a janeiro de 2018) na mediação com os professores, desenvolveu, junto com a coordenação, cursos de formação e aperfeiçoamento dos docentes e coordenada as pesquisas realizadas no setor, além de dez estagiários de psicologia, que desenvolvem atividades que possibilitem a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência e daqueles que apresentam necessidade educacional específica, como também, atendem a demanda emocional por meio dos atendimentos psicológicos.

Percebe-se aqui que um dos serviços oferecidos pelo PAP e que o distingue de outros programas de apoio aos alunos, presentes nas instituições de ensino superior, refere-se aos atendimentos psicológicos realizados por meio desse programa. Tal proposta, expressa um olhar para o sofrimento psíquico que se encontra no ambiente universitário, o que representa uma visão e ação que se orientam para além dos problemas relacionados à aprendizagem e acessibilidade. Promover a escuta clínica dentro desse contexto é também promover a inclusão num amplo aspecto.

4 PROJETOS REALIZADOS

Segundo Miranda (2006, p. 7) “o Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está obtendo maior espaço”. Nesse contexto, o papel social da universidade é fundamental, visto que não poderá ser alheio às diferenças, sendo necessário que busquem um processo educacional mais justo e democrático.

Dentro dessa conjuntura, apresenta-se a seguir ~~algumas~~ atividades e práticas desenvolvidas e realizadas pelo PAP, as quais contribuem para o processo de inclusão e formação de indivíduos no ensino superior.

4.1 INCLUSÃO NO INGRESSO

Uma universidade, que se intitule como atuante a partir de uma Educação Inclusiva, deve promover a inclusão já nas formas de ingresso, dando a oportunidade de qualquer sujeito ter a chance de cursar uma graduação. Essa prática pode ser observada no programa apresentado, visto que uma das atividades que recebe à plena participação e apoio do PAP é a prova de vestibular para ingresso na universidade.

Os estagiários de psicologia são convocados a prestar assistência nas salas da seleção dos candidatos, não como simples fiscais de vestibular, mas para darem um apoio aqueles que solicitam uma atenção especial, podendo vir a atuar como leitor, colaborar com a mobilidade do candidato e atender aos que revelarem necessidade de acolhimento por questões emocionais, possibilitando o cumprimento dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais e a participação equânime, desde o concurso de vestibular.

Acresce que, o vestibular dessa universidade se caracteriza como acessível, visto que procura atender as demandas dos candidatos possibilitando que as provas dos alunos com necessidades educacionais específicas ocorram num local diferenciado dos demais, com espaço acessível e pessoas preparadas para o acolhimento e acompanhamento; permite o tempo estendido, quando se faz necessário, mediante a apresentação de um laudo que é avaliado pela equipe da comissão permanente do processo seletivo e a coordenadora do PAP.

Ressalta-se, ainda, que “desde o momento do vestibular, o aluno com necessidades educacionais especiais é assistido pelo programa de acordo com as suas necessidades, entendendo que a pessoa com deficiência não deve ser vista em suas limitações apenas, mas em suas potencialidades” (ROCHA; LIMA, 2018, p.73).

4.2 PROJETO MEDIA

Esse projeto busca apoiar os docentes na mediação do processo ensino-aprendizagem, tendo como meta realizar o acolhimento e escuta do professor que acompanha o aluno com necessidade educacional especial, promover espaços de discussão sobre essas necessidades; promover a articulação entre as práticas docentes e as demandas de cada aluno com NEE e estabelecer parcerias para o projeto Mediação do Educador para Docência Inclusiva e Acessível (MEDIA), é uma das inovações do PAP, no ano de 2016, mediar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acompanhamento pedagógico de professores que possuem dúvidas e questões sobre estratégias didáticas e de como se relacionar com alunos que possuem NEE nas suas aulas. Essa demanda ocorre devido às especificidades educacionais desses alunos, para as quais os professores precisam refletir sobre a sua prática pedagógica e adaptar suas estratégias de mediação da aprendizagem. Lima et al. (2016) afirma que o professor é o principal protagonista para atender às demandas de inclusão das diferenças, acessibilidade e permanência dos estudantes com NEE no contexto acadêmico.

Pra Munguba, Joca e Silva (2018, p.194), “o projeto Media se configura no âmbito social por se tratar de um investimento inovador no professor, quanto à sua capacitação para mediar a

aprendizagem de alunos com NEE no ensino superior, buscando garantir o acesso e permanência na universidade com qualidade”.

A proposta é acolher, ouvir o docente e gerar orientação no que tange à promoção da acessibilidade curricular das pessoas com demandas específicas, articular teoria e práticas docentes e realizar possíveis encaminhamentos. Nesse contexto, Porto (2007) afirma que os professores nem sempre sabem como atuar e agir quando se defrontam com sujeitos deficientes, não sabem o que fazer com as suas peculiaridades. A partir disso, verifica-se que a formação docente e a prática educativa dos profissionais que atuam com alunos ~~que apresentam~~ com algum tipo de deficiência (sensorial, motora, mental ou a associação de duas ou mais dessas modalidades) são, sem dúvida, bases essenciais que sustentam a inclusão nesses ambientes acadêmicos.

Sobre tal questão, Perrenoud (2000, p. 155) afirma que a competência mais importante dos docentes seja a de “[...] administrar a sua própria formação contínua, porque ela condiciona o desenvolvimento de todas as outras [...]”. Neste sentido, a atitude e o estilo de ensino do docente representam fatores primordiais para assegurar o êxito de todos. Logo, uma nova abordagem educacional pressupõe pensar o ensino a partir de uma atitude aberta, flexível e, sobretudo, reflexiva em relação à própria prática educacional.

4.3 INCLUSÃO NOS EVENTOS

É comum observar a participação do programa (PAP) nos eventos acadêmicos e artísticos que ocorrem dentro da mencionada instituição de ensino. A contribuição ocorre, assim, ao enviar intérpretes de libras, para através da linguagem brasileira de sinais, aumentarem o alcance da comunicação; também, quando solicitado o PAP auxilia na audiodescrição e mobilidade de sujeitos cegos nessas ocasiões. Tal atitude permite que, o sujeito surdo e cego, possam participar dos eventos oferecidos pela instituição, fomentando a sua inclusão e desenvolvimento nesse espaço.

Segundo Pavão (2015), para que ocorra a promoção da acessibilidade torna-se necessário que se extingam todos os tipos de obstáculos e entraves que dificultam e prejudicam a sua ação. Nos casos mencionados só existirá inclusão quando for possibilitado o acesso, quando além de uma inserção no mesmo ambiente físico for também promovido meios para que esses sujeitos possam acompanhar o que está sendo realizado, sem impedimentos.

4.4 MOBILIDADE

Uma outra importante atividade realizada pelo Programa se refere a mobilidade no *campus*, no qual estagiários acompanham alunos com deficiência visual a se locomoverem pela universidade e por seu entorno. É um trabalho muito interessante ao propiciar a esse estagiário, maior contato com a experiência do sujeito cego no *campus*, bem como alguns obstáculos que enfrenta, seja da estrutura relativamente acessível da universidade, até as atitudes de estudantes para com ele.

Observou-se que muitas vezes, os alunos com algum tipo de deficiência visual entraram em contato com o PAP, pois, não tinham amigos na sala de aula; que embora inseridos no mesmo ambiente, ainda persistem barreiras que se fazem presentes para a promoção da sua exclusão (nesse caso, social).

As pessoas com deficiência visual, em geral, são submetidas ao treinamento de orientação e mobilidade no seu processo de reabilitação relativo à sua funcionalidade e autonomia no espaço e na vida. Além de proporcionar esses benefícios, Silva e Emmel (2018) ressaltam a relevância de promover a compensação da informação visual que se encontra ausente ou reduzida.

A organização espacial do *campus* da universidade em estudo, contém um número significativo de ambientes ao ar livre, sem paredes que possibilitem a pessoa com deficiência visual ou cegueira se orientar pelo rastreamento tátil. Daí a demanda importante de que o PAP disponibilize pessoas treinadas adequadamente para conduzir esses alunos nesses espaços.

4.5 LEDORES

O auxílio do programa aos estudantes cegos supera a mobilidade, pois os estagiários do PAP atuam como leitores de provas para sujeitos que apresentam algum tipo de deficiência visual. Adams, Izidoro e Do Amaral (2020, p.1), ressaltam que “ler e escrever possibilitam interpretar o mundo e, pessoas com deficiência visual não possuem acesso à leitura em tinta, sendo necessário buscarem adaptação, como Braile, leitor humano e digital”.

Neste sentido, o papel a ser desempenhado pelo leitor consiste em ler a prova e escrever as respostas ditadas pelo estudante. “Mesmo que estejamos vivendo na chamada era digital, o leitor humano continua sendo muito importante, pois ainda há materiais e situações de leitura que o cego só acessa por intermédio da audição” (ADAMS; IZIDORO; DO AMARAL, 2020, p.20).

Tal suporte é realizado dentro do espaço do PAP, onde o sujeito pode sentir-se mais à vontade, visto que há mais silêncio, o que contribui para a promoção de uma educação inclusiva dentro da instituição de ensino superior em questão.

Do contrário, ao não gerar essas condições de acesso, seria promovido um fortalecimento da desigualdade, da discriminação e da segregação desses sujeitos (PAVÃO, 2015).

4.6 ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

A principal atividade realizada no PAP, pelos estagiários de psicologia, corresponde aos atendimentos psicológicos, previamente agendados, bem como os casos emergenciais. Vale frisar que os atendimentos no PAP se voltam para uma inclusão social, e através desta prática, como afirma Saraiva e Joca (2012, p. 65):

[...] não se busca unicamente que a pessoa com deficiência seja vista com os mesmos direitos dos demais, sem considerar que pode haver sentimento de inferioridade ou posição de desrespeito com os colegas, como também, o programa, incide em demandas de necessidades educacionais específicas e de alunos que passam por algum sofrimento psíquico.

De acordo com Joca et al (2010), a proposta de estágio em psicologia no PAP tem como objetivos: acolher esses sujeitos, a demanda que apresentam, por meio de uma escuta clínica e uma postura profissional ética; intervir nos atendimentos almejando a promoção de saúde, ou seja, a diminuição do sofrimento psíquico encontrado; acompanhar e/ou encaminhar para outros serviços considerados mais adequados a depender da situação e demanda de cada caso.

No PAP, a postura ética é de extrema relevância, pois é importante para o aluno saber que dispõe de um espaço de escuta onde não há julgamentos morais ou de juízo de valor, em que ele pode falar abertamente e depositar todas suas questões, pois ~~as mesmas~~ terão caráter sigiloso exigido pela profissão. A ética profissional é primordial em todas as profissões, porém o fazer do psicólogo exige cada vez mais uma postura ética e reflexiva, que perpassa todos os níveis de sua atuação, afinal, o psicólogo tem sua prática atravessada por vivências de grande significado na vida dos sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se, por meio dessa experiência de estágio, que um programa de apoio psicopedagógico no ensino superior é de fundamental valia para a promoção da inclusão nesse espaço, ao propiciar a acessibilidade para sujeitos que apresentam deficiência ou necessidades educacionais específicas. Contudo, notou-se que o programa incide, na verdade, para todos os estudantes, isto é, suas práticas estão voltadas para a inclusão em amplo aspecto, almejando criar políticas e atividades que não se limitem a determinados grupos, visto que poderia ~~ser~~ estar excluindo outros.

Assim, os projetos realizados pelo PAP, entre eles os atendimentos psicológicos, o MEDIA, a mobilidade pelo campus, os vestibulares acessíveis, a acessibilidade comunicativa (quando ocorrem eventos científicos e artísticos na universidade), entre outros, são práticas que favorecem a participação e desenvolvimento de sujeitos que antes poderiam estar à margem, sem possuírem as mesmas oportunidades no que tange à educação.

Resultado também da experiência de estágio, compreende-se que somente a mudança estrutural, a acessibilidade no espaço físico, não é suficiente para a inclusão. Esta depende da mudança de valores e a vivência de um novo paradigma, que não se faz com simples recomendações técnicas, mas sim, implica uma transformação de conceitos e costumes, que fogem as regras tradicionais ainda fortemente calcados na linearidade do pensamento – na transferência dos conteúdos curriculares. A inclusão é, portanto, um conceito intrigante, que busca retirar as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais global.

Por fim, destaca-se que ter realizado o estágio no PAP proporcionou contato com temas bastante relevantes que contribuíram, não somente para a formação como profissional de psicologia, mas também para uma formação cidadã. Percebeu-se que trabalhar com inclusão é estar em constante luta, na busca dos direitos de sujeitos que de algum modo são excluídos e ficam à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Fernanda Welter; IZIDORO, Renata Vicente; DO AMARAL, Cláudia Tavares. A máquina humana e seus recursos: o leitor como artefato à pessoa com deficiência visual. *Revista Cocar*, v. 14, n. 30, p.1-24, 2020.

BEZERRA, A. C. S.; SILVA NETO, A. F. Acessibilidade no ensino superior: um desafio gerencial à luz da legislação brasileira. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 25, n. 1, p. 77-89, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

DA SILVA CARDOSO, Ruthe et al. Percepções acerca da acessibilidade e inclusão por discentes da universidade Federal do Pará, Campus Bragança. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 8, p. 56535-56543, 2020.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. Alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular: obstáculos e limites. *Debates em Educação*, v. 12, n. 28, p. 651-664, 2020.

INEP. Censo da educação superior: sinopse estatística 2014. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4281#>>. Acesso em: 08 out. 2016.

JOCA, Terezinha Teixeira; MONTENEGRO, Átila Martins; DIAS, Patrícia Alves. A educação inclusiva em IES através de um programa de apoio psicopedagógico. In: *CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SETE SABERES. Anais...* Disponível em <http://www.uece.br/setesaberes/anais/index.html>, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA. Theresinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. *SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 2., 2006. Vitória, ES. Anais... Vitória, ES: UFES, 2006.

LIMA, Valeska Alessandra de et al. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 13-37, 2016.

MUNGUBA, Marilene Calderaro. Educação na saúde – sobreposição de saberes ou interface? *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 23, n. 4, p. 295-296, 2010.

MUNGUBA, Marilene Calderaro; JOCA, Terezinha Teixeira; SILVA, Rafaelly Naira da. *MEDIA – investimento na formação em serviço do professor para a acessibilidade e inclusão no ensino superior*. In: JOCA, Terezinha Teixeira et al (Orgs.). *Nuances da Inclusão no Ensino Superior*. Jundiá: Paco, 2018. p.183-198.

PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Ações de atenção à aprendizagem no ensino superior. Editora Experimental; RS – Santa Maria, 2015.

PERRENOUD, Philippe. 10 Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PORTO, Yeda da Silva. Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, A. J. (Org.) Educação continuada: reflexões, alternativas. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ROCHA, Bárbara Sales; LIMA, Paula Pamplona Costa. Inclusão: desmistificando o sentido. In: JOCA, Terezinha Teixeira et al (Orgs.). Nuances da inclusão no ensino superior. Jundiaí: Paco, 2018. p.63-79.

RODRIGUES, Carlos Henrique; QUADROS, Ronice Müller de. Diferenças e linguagens: a visibilidade dos ganhos surdos na atualidade. Revista Teias, [s.l.], v. 16, n. 40, p.72-88, 2015.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, David (org). Inclusão e educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SARAIVA, Maria Socorro Moreira de Figueiredo; JOCA, Terezinha Teixeira. Psicólogo em formação: compreendendo a ética para intervir e possibilitar a inclusão. In: JOCA, Terezinha Teixeira et al. (Orgs.). ENCONTRO DE INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE, 4., 2012. Fortaleza. Anais... (p. 61-67). Fortaleza, CE: UNIFOR/PAP, 2012. CD.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.